

“Concurso unificado é superetapa da nossa reforma administrativa”

» Entrevista | ESTHER DWECK

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços públicos fala sobre concursos, reajuste, reestruturação de carreiras e relação com os sindicatos

“A reforma administrativa que está no Congresso é punitiva”

» ANA DUBELX / DENISE ROTHENBURG / ROSANA HESSEL

Depois de 24 horas da abertura das inscrições para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), 217 mil pessoas se candidataram para concorrer a uma vaga para o chamado Enem dos Concursos. A corrida para conquistar um posto conta com uma torcida de peso o próprio servidor público.

“Os servidores estão exaustos e sobrecarregados”, revela a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em entrevista exclusiva ao Correio, ao fazer um balanço do primeiro ano à frente da pasta.

O Concurso Unificado é uma das etapas do processo de reforma administrativa que a ministra afirma que já está em curso desde a criação do ministério pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e será um processo permanente. A pasta está preparando um pacote de medidas para substituir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que trata da reforma administrativa do governo anterior. A ideia é apresentar um pacote com três eixos, no início de fevereiro, após o fim do processo parlamentar. Para ela, a PEC que está no Congresso é ruim e para fazer uma verdadeira transformação do Estado brasileiro, pois é punitiva. “Não é preciso uma reforma constitucional”, ressalta. Segundo ela, uma das propostas mais urgentes dessa pauta é a retomada do projeto de lei dos superalários.

A ministra lembra que, desde 2016, o Estado perdeu 70 mil profissionais. Para ela, o que aparentemente poderia ser uma economia de recursos pode ser um prejuízo para a população. “O Estado é para servir à população, ele tem que ser eficiente, tem que ser ágil, não tem que ser grande, mas deve ter o tamanho necessário”, diz.

Parte da transformação defendida pela ministra é a recomposição salarial e de benefícios. Em 2024, a proposta é ter aumento real para a maioria dos servidores, com renda mensal de até R\$ 10 mil. Além disso, ela aponta que os 9% de reajuste concedidos em maio de 2023 ainda têm impacto neste ano e, até o fim do mandato, a correção chegará a 18%, superior à inflação estimada para o período, de 16,5%. Na proposta, haveria espaço orçamentário para conceder outro reajuste salarial em 2025 e em 2026, de mais 4,5% em cada ano. “Mais do que a gente está propondo é muito difícil”, afirma.

De acordo com a ministra, o processo de reestruturação das carreiras do governo teve início com a Funai, mas vai contemplar outros órgãos como Ibama, Banco Central, Educação, Saúde, entre outras. Cada órgão terá o próprio projeto que poderá constar na proposta alternativa da reforma que ela pretende discutir com o Congresso.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O que o servidor público pode esperar neste ano? Sabemos que existem muitas dificuldades orçamentárias...

Bom, eu acho que tem várias boas notícias. Primeiro, desde que o presidente Lula voltou e criou o ministério voltado para a gestão pública, mudou completamente a relação com os servidores do que vinha nos últimos anos. E, já no primeiro ano, conseguimos fazer duas coisas que todo mundo estava reclamando por recomposição salarial das perdas anteriores e também voltar a ter concurso público. Uma das coisas que ajudou muito o servidor é a chegada de novos para dividir o trabalho que está muito pesado. Acho que, ter essa retomada de diálogo, ter espaço de negociação, ter tido 9% de reajuste no ano passado e ter a previsão de chegada de novos colegas são coisas que devem animar todos os servidores, porque, realmente, vamos recompor um pouco a capacidade laboral. E, no ano passado, a mesa nacional de negociação teve questões remuneratórias e não remuneratórias. Conseguimos atender sete dos nove pontos e dois estão em discussão.

Per exemplos?

Vários exemplos. No governo anterior, havia um ataque aos servidores públicos e diversas práticas antissindicais, até teve um ruído com uma Instrução Normativa nossa, que tinha a ver com greve de servidores, que, na verdade, atendemos um pedido dos servidores da mesa, que havia uma marcação no assentamento funcional de que as pessoas participavam de greve. Não faz sentido nenhum. Esse é um dos itens da proposta que fizemos na última reunião da mesa nacional, em dezembro. É sempre bom lembrar que temos um novo arcabouço com um limite de gastos, com o crescimento real, mas continua tendo limite de gastos. E o reajuste de 9% dado no ano passado começou a valer a partir de

maio, o que significa que não impactou o ano cheio em 2023 e vai ter um impacto cheio em 2024, de R\$ 4 bilhões a R\$ 4,5 bilhões. E, portanto, o Orçamento de 2024 já tinha esse aumento na folha de pagamento, e ficamos com pouco espaço para um grande reajuste.

Aí ficou R\$ 1,5 bilhão?

É, tinha esse R\$ 1,5 bilhão e conseguimos, no fechamento da lei orçamentária, ampliar esse valor para quase R\$ 2,5 bilhões. E, então, fizemos a proposta para os servidores da seguinte forma para 2024: além do impacto dos 9% em 2024, concentramos todo o volume de recursos para o aumento nos valores de três benefícios. O primeiro, o auxílio-alimentação estava muito defasado em relação aos outros Poderes. No ano passado, demos um aumento de R\$ 200, além dos 9%, e agora, estamos propondo reajuste dos atuais R\$ 650 para R\$ 1 mil. Já o auxílio-creche, para quem tem filho pequeno, recompro inflação desde 2016, que é um aumento de pouco mais de 50%. E, no auxílio saúde, a mesma coisa. Isso, líquido, dá um aumento para todos os servidores ativos de mais de R\$ 400-R\$ 450. Isso significa que para 50% dos servidores que têm os salários mais baixos, esses R\$ 400 líquidos seriam um valor acima da inflação de 2024. Isso acaba beneficiando quem ganha menos.

Qual seria o universo do salário?

A inflação deste ano será perto de 4% e, quem ganha até R\$ 10 mil, vai ter um aumento acima da inflação. Então, essa conta é muito importante. Pensamos em dar, em vez do benefício, um valor em termos de R\$ 400 no salário. Só que, no salário, ele não é líquido porque incide o Imposto de Renda. Logo, era muito melhor concentrar em um valor líquido. Essa foi a nossa lógica. E, para 2025 e 2026, quando vamos ter mais espaço orçamentário que já foi discutido com o Ministério da Fazenda, com o

Foto: Ed Alencar/CPA/Press



A nossa reforma não tem o princípio simples de redução de custo e de redução da estabilidade. Pelo contrário, achamos que a estabilidade é uma proteção do Estado*

Planejamento e com a Casa Civil, garantimos os mesmos 18% que os servidores dos demais Poderes tiveram em dezembro de 2022. Vamos garantir 4,5% em 2025, e mais 4,5% em 2026. Com isso, garantimos os 18% que estão acima da inflação prevista para o período de 2023 a 2026, que é de 16,5%. Então, com isso, podemos garantir várias coisas. Primeiro, uma certa equidade com os demais Poderes. Todo mundo terá os 18% (de reajuste). Nós garantimos também que, durante o mandato do presidente Lula, ninguém terá perda real (de salário). Claro que não estamos conseguindo repor a perda dos mandatos do (Michel) Temer e do (Jair) Bolsonaro. Na última negociação do governo Dilma (Rousseff), para alguns categorias houve reajuste até 2019 e, para outras, até 2017. Infelizmente, não temos condições orçamentárias de repor toda a perda dos períodos anteriores. Estamos também discutindo a reestruturação das carreiras e com uma diretoria para seguirmos que é de alongamento e de aumentar a diferença entre o início e o fim.

Os sindicatos fizeram uma contraproposta a essa proposta dos benefícios neste ano. Vocês estão analisando?

Estamos aguardando a proposta completa deles para fazer a nossa contraproposta, mas lembrando que o nosso espaço orçamentário não é tão grande assim.

Para este ano vai ser difícil qualquer outro reajuste então?

Mais do que a gente está propondo, é muito difícil.

E quais são as carreiras que devem sofrer esse processo de reestruturação?

Já tivemos várias. As pessoas marcaram muito a área de segurança, que foram as polícias, no finalzinho do ano passado, mas a primeira foi a Funai. O pessoal da Funai trabalhava junto com o do Ibama e ganhava quase a metade. Então, na verdade, aproximamos os servidores da Funai das carreiras ambientais, que era o correto. Depois, duas categorias que foram criadas no governo Dilma e que estavam muito defasadas, tanto frente ao mercado quanto frente às demais carreiras do setor público, que eram a de Analista de Tecnologia da Informação e Analista de Política Social (ATPS). Analista de TI era uma das carreiras com menor remuneração e, hoje em dia, é uma das maiores remunerações do setor privado. Era uma carreira que tinha 700 pessoas e perdeu metade para o setor privado, porque está supervalorizada. Não fica ninguém. Essa é uma carreira administrativa aqui pelo ministério. Temos a gestão da Digital, pela Secretaria de Governo Digital, mas os servidores trabalham na Esplanada inteira, nas áreas de TI. Então, essa foi uma área que tivemos uma negociação importante. E a de analista de política social.

E quanto às vagas?

Das três áreas, infraestrutura, TI e política social, é a de política social que tem mais vagas, são 500. Em relação às carreiras de analista de infraestrutura, as ambientais e as de gestor, essa é uma carreira remuneratória baixa, mas estava muito defasada. Então, recomparamos a Agência Nacional de Mineração (ANM), que era o Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM), e a carreira nunca foi reestruturada. O que fizemos foi equiparar as demais agências. Essa leva, na verdade, foi bem emergencial que eram essas quatro carreiras. E fomos abrindo as demais na sequência. Há 21 mesas abertas. E, como foi aprovada uma emenda constitucional que transformou o agente penitenciário em polícia penal, mas que nunca foi regulamentada, na semana passada, fizemos

a regulamentação e publicamos uma tabela nova. Essa carreira vai ser agora uma carreira da polícia penal e de nível superior.

Alguns estão reclamando, na Educação, inclusive. Eles querem a reestruturação da carreira.

A área da Educação é uma que está com uma mesa aberta também. Marcamos a devolutiva de várias carreiras. A primeira, é a do Ibama, que vai ser no início de fevereiro. Depois, tem a do Banco Central. Tem o pessoal do Mapa (Ministério da Agricultura), da Educação, as agências e o pessoal da previdência e saúde. Os servidores reclamam da demora, mas na equipe do secretário de Gestão de Pessoas, Zé Cobo (Cardoso Jr.), tem um departamento de Carreiras, com 10 pessoas, das quais cinco vão fazer o concurso e pedir licença para estudar. Então, temos carência de pessoal aqui no ministério.

Mas por ser um ministério novo tem carência de pessoal?

O ministério é novo, mas secretarias não são. Assim, eu não posso nem reclamar, assim, é diferente de um ministério. Fomos uma criação do Ministério da Economia, a gente trouxe a secretaria. O Ministério da Gestão é novo, mas, comparado aos aos ministérios de Igualdade Racial, ao das Mulheres, até ao de Portos e Aeroportos, que começaram realmente quase do zero, aqui, não posso reclamar. Mas, mesmo com bastante gente, não é suficiente, porque também temos carência de pessoal. E essa é uma área que não tinha nenhuma preocupação por parte do governo anterior para negociar com os servidores. E não é fácil formar alguém e ter pessoas com expertise para os cargos. Não conseguimos dar velocidade, porque não tem gente suficiente para acelerar esse processo de poder ver todas as carreiras ao mesmo tempo. E cada carreira tem uma especificidade, uma lógica. Estamos organizando as carreiras para termos uma estrutura justa.

Como assim estrutura justa?

Tentando reduzir as iniquidades que existem. Não é que todo mundo vai ganhar igual. Mas é você ter uma certa relação entre as carreiras que todo mundo acha que está correta, que tem a ver com o seu perfil de risco, de exposição, de conhecimento técnico.

Nessas nossas diretrizes, a gente está tentando organizar as carreiras. É esse o caso da Funai com o Ibama. Funai tinha que ser uma carreira muito próxima das carreiras ambientais. Então, ela vai andar junto. Se o Ibama tiver ganho, a Funai vai ter ganho. Isso foi na negociação. A Funai teve a reestruturação, mas ela não parou ali.

É aproximando as carreiras?

Exato. Estamos utilizando essa lógica. Os analistas de Política Social, de TI e de Infraestrutura, agricultura, estão muito próximos. Não são idênticas, mas estão próximas, porque cada um, na sua especificidade, tem a mesma lógica de onde eles vão atuar, mas todos têm que ter o mesmo grau de maturidade. Então, essa é a lógica. Na polícia penal foi isso. Dentro da Polícia Federal, tem a diferença entre delegados e agentes. É um trabalho que requer olhar com calma. E, além disso, tem esse processo de alongar as carreiras. No caso do ATPS, a carreira tinha 13 níveis e ampliamos para 20 níveis. Então, não só esticou a carreira e basicamente a entrada não foi alterada. Então, essa é a lógica que está sendo tentado estabelecer.

Isso faz parte da proposta de vocês sobre a reforma administrativa?

Sim. Não chamamos de reforma administrativa, mas de transformação do Estado. Não à toa, temos a Secretaria Extraordinária de Transformação do Estado, comandada por Francisco Gaetano. Na verdade, a nossa reforma administrativa começou quando o presidente Lula decidiu criar o Ministério da Gestão. E, na transição, criamos essa secretaria extraordinária. No meio do ano, fiz uma divisão da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. O governo Bolsonaro tinha criado a Secretaria de Gestão de Pessoas, e a relação de trabalho nem aparecia no nome e tinha lá duas pessoas que cuidavam da negociação com servidores. Mas, depois de um período longo de falta de diálogo, a secretaria ficou sobrecarregada, não dava tempo de ter alguém pensando em estruturar as carreiras. Então, separei essas duas áreas no sentido de ter uma secretaria que está pensando mais a lógica estratégica, de como vamos pensar as carreiras, e uma secretaria

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2